

DF - Invasão

Mais uma estrutura em madeira de uma casa ergue-se irregularmente entre o Riacho Fundo e o Núcleo Bandeirante. Alguns foram notificados em 12 de janeiro, mas não arredaram pé

PARAÍSO INVADIDO



QUASE CEM BARRACOS DE MADEIRITE FEREM UMA DAS MAIS BELAS REGIÕES DO DISTRITO FEDERAL

Cristina Ávila
Da equipe do Correio

Máquinas escavadeiras já abriram estradas, avançando contra o cerrado, onde nascem os principais afluentes da Bacia do Paranoá. Localizada entre o Riacho Fundo e o Núcleo Bandeirante, próxima à margem da DF-003, a Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie) Granja do Ipê está sendo invadida por quase cem barracos de madeirite, fincados em lotes simetricamente delimitados por cercas de arame farpado.

A Arie Granja do Ipê foi criada em julho do ano passado, pelo Decreto 19.431, com 1.143,82 hectares, que pertencem à Fundação Zoobotânica. No local situa-se a Fundação Cidade da Paz, que já foi residência oficial de Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil da Presidência da República durante a ditadura militar. Na unidade de conservação existem três combinados agrourbanos regulares e o aproveitamento econômico da área é permitido, mas controlado pelo Instituto de Ecologia e Meio Ambiente (Iema), órgão da Secretaria de Meio Ambiente.

O loteamento do cerrado está sendo orquestrado pela Associação dos Trabalhadores Rurais da Colônia Agrícola Catetinho. Embora seus associados sejam agricultores pobres,

que moram nos combinados agrourbanos, a associação contratou máquinas pesadas para abertura das estradas e está erguendo postes de cimento para a instalação dos fios de energia elétrica. É uma cidade nova em construção.

Mas não são apenas os agricultores humildes que estão invadindo a Arie. Em um dos locais mais privilegiados da unidade de conservação ambiental, de um morro de onde se temvisão total do Plano Piloto, uma família começa a construção de mais um dos barracos de madeirite. "O governo já nos deixou em paz há 90 dias. Estamos tranquilos. A área é minha. Está tudo bonito. Podem sair daqui", afirmou aos repórteres do Correio. Uma mulher aproximou-se e não perdeu tempo com argumentos. "Por favor, retirem-se. Isso é área particular."

Cerca de 100 metros distante, do outro lado de uma estrada recém-rasgada e que termina no meio do cerrado, parentes do casal erguem um muro de tijolos. A estrutura parece ser de um novo barraco que surge. Ninguém responde perguntas sobre o loteamento.

Comportamento bem diferente dos agricultores de verdade que aproveitam a chance oferecida pela associação para invadir a terra. "Me inscrevi na associação e fui assentado. Moro há 12 anos aqui, trabalhando de caseiro em uma chácara", diz Miguel Fernandes, 34 anos. Ele recebeu cinco hectares. Invadiu no dia 28 de dezembro. "A esperança é que seja legalizada." Miguel afirma que nunca pagou nada pelo lote. "Nem vou pagar. Não tenho dinheiro", justifica.

Helinácio, 33 anos, deixa-se ser fotografado, mas prefere omitir o sobrenome. Pára de semear o chão lavrado e comenta: "Estou lutando para ganhar a terra." Ele foi um dos invasores notificados pela Fundação Zoobotânica no dia 12 de janeiro. Foi



intimado a abandonar a área em 72 horas. Seu barraco recebeu o número 42, e ninguém voltou para tirá-lo dali.

"Se eu tivesse medo, nem aqui vinha. Tô plantando feijão e mandioca. Passo o dia aqui, mas por enquanto moro no Caub 1 (Combinado Agrourbano 1). Amanhã trago a mudança e a família e venho morar no barraco."

Os agricultores são pacíficos. Mas algumas pessoas que moram a Arie afirmam que a luta pela terra está provocando pavor. Uma mulher faz sinal para o motorista do Correio. Quer fazer uma denúncia. "Cada dia que acordo tem um barraco a mais. Esse lugar está superperigoso. Nunca vi tanto carrão passando nessa estrada. Até os rios estão cercados com arame farpado. Isso é coisa pesada. Tem barracos até com

energia elétrica", diz, sem querer se identificar.

A pró-reitora da Universidade Holistíca da Cidade da Paz, Regina Fittipaldi, que é arquiteta e urbanista, também está apavorada. Embora a Unipaz tenha sido recentemente assaltada, ela não está com medo de bandidos. "O secretário de Agricultura, Agnaldo Lelis, esteve aqui com a gente no dia 8 de fevereiro e nos disse que em dezembro havia oito barracos de invasores e o número tinha crescido para 84."

Regina Fittipaldi comenta que a área já está em parte degradada pela atuação de uma cascalheira que funcionou desde o início desta década até o ano passado no local. "Mas o que estamos vendo agora é terrível. A área está sendo invadida, ameaçando

as nascentes dos córregos Capão Preto e Ipê." Os dois deságam no Riacho Fundo, um dos principais tributários do Lago Paranoá. "Essas nascentes estão a menos de dois quilômetros daqui", ressalta a pró-reitora.

O presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais do Catetinho, Eli Oscar Vieira, defende-se. "Isso aqui é para uso controlado. Estamos plantando árvores frutíferas. A estrada não está entrando no cerrado. São todos homens da lavoura, caseiros e filhos de lavradores que moram nos Caub's que estão aqui. Estamos dentro da lei, dentro do que regulamenta o PDOT (Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal). Eles foram notificados, mas nós apresentamos defesa junto à Fundação Zoobotânica, Terracap e Secretaria de Agricultura.

Eli Oscar Vieira diz que está tranquilo. "Isso aqui não é invasão. A área é de quem está cultivando" Ele está tão convicto de que os agricultores vão ficar na terra que admite ter contratado as escavadeiras para abrir os lotes. E ter comprado postes de cimento, muitos já colocados na porta dos barracos." O presidente da associação afirma que paga com dinheiro arrecado em assembleias com os agricultores.

O diretor-geral do Instituto Ecológico de Meio Ambiente, Fernando Fonseca, ressalta: "A área realmente é de uso controlado. Mas quem controla é o Iema, não eles (os invasores)." Fonseca afirma que para qualquer exploração econômica da Arie é necessário apresentar um projeto ao órgão.

Fernando Fonseca disse que não sabia sobre a invasão da unidade de conservação. "Vou determinar a fiscalização ainda hoje", garantiu. Ele explicou que os fiscais do Iema vão verificar se há construções irregulares na Arie. "Se houver, vamos embargá-las. Imediatamente."